

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Levy Dias — PFL; Plínio Martins — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Eulides Scalco — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Santos Filho — PFL.

Santa Catarina

Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PFL.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emílio Peronfi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélito Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 227 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, com cedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Xavier.

O SR. PAULO XAVIER (PFL — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pela segunda vez hoje assistimos a veemente discurso do Senador Benedito Ferreira, de Goiás, em que defende a extraordinária e negativa imagem de Brasília como centro inativo de brasileiros.

A Constituição é muito clara quando diz que todos são iguais perante a lei. O povo de Brasília tem direito a votar, como todos os brasileiros. Este ano teremos eleições nesta Capital, apesar de esse Senador goiano querer destruir o grito de liberdade desse povo que, como tão bem disse o ex-Presidente Tancredo Neves, se libertou. *Dizia o ex-Presidente que conhecia homens casados, mas uma cidade cassada era fato inédito. Insiste o representante goiano na sua arcaica tese — que deve ser silenciada para sempre — de que Brasília deve continuar sobrevivendo às custas de Goiás, com todas as injustas limitações que esse Estado tem permitido ao Distrito Federal. Evidentemente, com muitas exceções, o solo goiano acolheu o povo de Brasília. Todo o País se fez representar na geração que construiu Brasília.*

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a partir deste ano, Brasília vai falar muito alto, por meio do voto, para que todo o País saiba que todos são iguais perante a lei. Trata-se de um povo castrado, cassado, injustiçado. São homens que vieram para cá quando isso aqui era Mato e barro. Entregaram suas vidas, construíram seu futuro e são periodicamente hostilizados por alguns políticos goianos. Evidentemente, não faço nenhuma restrição ao Estado de Goiás, porque o Senador Benedito Ferreira, há muito, insiste nessa tese. No ano passado, quando o Congresso Nacional aprovava as Secretarias de Estado para modernizar a administração de Brasília, S. Ex.^a veio novamente à tribuna insistir no sentido de que não se aprovasse a matéria. Brasília tem maturidade, e seu povo quer votar. E vai fazê-lo, porque este Congresso assim o decidiu por meio da Emenda nº 25. Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é necessário que defendamos na Nova República o direito de todos. Brasília não é taba de índio, não é exceção à regra. Ao contrário, precisamos, os parlamentares de todo o País, da hospitalidade de Brasília, mas não necessitamos esmagá-la.

Faço veemente protesto contra o pronunciamento do Senador Benedito Ferreira, em nome de toda a população de Brasília. Tenho certeza, embora não tenha procuração, de que falo em nome de todos os partidos representados em Brasília. É lamentável que o Senador Benedito Ferreira insista nessa tese, mas é extraordinário que o Congresso Nacional sempre esteja aprovando matérias de interesse de Brasília.

O Sr. José Fogaça — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nesta sessão, queremos apenas expressar a nossa estranheza e até o nosso constrangimento diante da atitude do Senado Federal, que ontem aprovou uma legislação referente à programação oficial de propaganda dos partidos no rádio e na televisão, contrariando aquilo que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Não podemos evidentemente exigir que os Senadores se moldem às proposições originais da Câmara dos Deputados. Não podemos impor-lhes uma posição. Todavia acreditamos que a atitude assumida por S. Ex.^s tenha caracterizado, por parte do Senado Federal, o desejo de uma aproximação, para se discutir o assunto e levar a efeito, posteriormente, uma negociação em torno dos termos da legislação que trata da propaganda nos meios de comunicação de massa. Poderemos, Sr. Presidente, se tal não ocorrer, atingir um resultado que poderá ser trágico para o País, para a própria democracia e para os partidos políticos, que é o fato de acabar prevalecendo, pois acabara prevalecendo, em decorrência do desencontro entre as duas Casas legislativas, apenas a legislação que já existe — a famigerada Lei Falcão — que este País deseja sepultar definitivamente, depois de tê-la jogado no lixo da História.

Portanto, Sr. Presidente, desejo apenas registrar aqui este nosso descontentamento e esta nossa estranheza, fazendo votos para que este ato do Senado Federal não seja uma atitude sectária ou fechada, mas que represente abertura para uma negociação. Entendemos que é preciso respeitar os pequenos partidos, por menores que sejam, é preciso dar-lhes espaço no rádio e na televisão. Entendemos, inclusive, que é necessário que todos os partidos, mesmo aqueles sem assento no Congresso Nacional, tenham acesso ao rádio e à televisão. Entendemos que a lei aprovada no Senado é draconiana em relação aos pequenos partidos, pois praticamente lhes tira o direito de usufruir a propaganda oficial em rádio e televisão. Entendemos, ainda, que, se o Senado assumiu essa posição, ela não há de ser radical, definitiva ou intransigente, há de ser, isto sim, quem sabe, o acesso para uma negociação, para um encontro de Lideranças.

Aqui há em nome da Liderança do PMDB. Tenho a certeza de que nosso Líder, Deputado Pimenta da Veiga, está disposto, juntamente com as outras Lideranças partidárias da Câmara, a se encontrar com as Lideranças do Senado para se chegar a um comum acordo em favor dos partidos, em favor da liberdade de expressão, em favor da democracia, em favor da transição democrática que estamos construindo todos neste País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 10 e 11, de 1986 (9.^a sessão) 12 e 13, de 1986 (8.^a sessão), e 14, 15 (3.^a sessão).

Não havendo número para deliberação, a Presidência deixa de submeter a votos a matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)